



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Processo nº: **0006910-38.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**  
 Requerente: **Edgardo Goffredo, CPF 745.289.398-00 - Advogado Dr. Diego Ávila de Mello – OAB nº 383.003**  
 Requerido: **DIRCE MALTA DE CAMARGO, CPF 465.460.901-63 - desacompanhada de advogado**

Aos 08 de novembro de 2016, às 15:30h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 2º Juiz de Direito Auxiliar Dr. CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a testemunha da ré, Sr. Hamilton. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Pelo ilustre procurador da parte requerente foi requerido o prazo de 05 dias para juntada de procuração, o que foi deferido pelo MM Juiz de Direito. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar o depoimento da testemunha presente, em termos em separado, e nos termos dos Provimentos de nºs. **866/2004** do Eg. Conselho Superior da Magistratura e **2304/2004** da Eg. Corregedoria Geral da Justiça, **foi(ram) gravado(s) em mídia (CD)** que será arquivado em cartório, em pasta própria, à disposição das partes. Certifico mais e finalmente, que a gravação do(s) depoimento(s) teve a ciência da(s) parte(s) e respectivo(a)s advogado(a)s, o(a)s ficou/caram ciente(s) de que na hipótese de necessidade da “degravação” do(s) referido(s) depoimento(s), será incumbência da(s) parte(s). Terminado o depoimento e não havendo mais provas a serem produzidas, A seguir, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido. O pedido é improcedente. Em sua contestação, a ré negou ter consentido em figurar como fiadora no contrato de locação juntado à fls. 02/03. No referido documento, não consta a assinatura da ré e do locatário. Esse último, ouvido nesta data, negou ter realizado qualquer contrato escrito e que a ré tenha figurado como fiadora. É verdade que não foi esclarecido a contento como os dados pessoais da ré foram obtidos para a elaboração da minuta de contrato, no entanto, o autor não agiu com a cautela necessária ao permitir que o início da locação mesmo sem a regularização do contrato, com as assinaturas do locatário e da fiadora e, ainda, não se desincumbiu em juízo do ônus processual que lhe competia de comprovar sem qualquer margem de dúvida eu realmente a senhora Dirce havia consentido em se tornar fiadora na relação locatícia. Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente ação. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. **REGISTRE-SE**”. Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Requerente:

Adv. Requerente:

Requerida:

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**